

IX ENCONTRO DA ABCP

Área Temática: Política Internacional

NORTE DA ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO 2010-2014 UM BALANÇO DAS MUDANÇAS NA CORRELAÇÃO DE FORÇAS E NAS ALIANÇAS REGIONAIS E INTERNACIONAIS

Dra. Beatriz Bissio

Departamento de Ciência Política
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Brasília, DF
04 a 07 de agosto de 2014

NORTE DA ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO 2010-2014
UM BALANÇO DAS MUDANÇAS NA CORRELAÇÃO DE FORÇAS
E NAS ALIANÇAS REGIONAIS E INTERNACIONAIS

Dra. Beatriz Bissio

Departamento de Ciência Política / Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo expandido:

Do Marrocos e Mauritânia, no extremo ocidental, ao Egito, na região oriental, o norte da África viveu, a partir de 2011, com a rápida mudança experimentada pela Tunísia, um período tumultuado. A importante presença de movimentos sociais nas ruas não levou, como se pretendia, a um processo consistente de democratização, salvo na própria Tunísia. Até o momento, ela está conseguindo manter-se dentro das margens da sua nova institucionalidade interina, apesar de sofrer com uma onda de violência, fruto das profundas divisões internas, e do fato de a vizinhança instável constituir uma ameaça permanente. Mas, na vizinha Líbia o caos político e social está instalado, e a economia paralisada. O Egito vive uma fase de precária busca de uma volta à normalidade institucional, cujo primeiro passo estaria sendo dado com a aprovação da nova Constituição, mas ainda pairam muitas incertezas em relação ao futuro.

Não é muito diferente o panorama no Oriente Médio, onde a curto prazo a situação mais crítica vive-se na Síria, país onde a guerra civil já provocou mais de cem mil mortes e uma onda de milhões de refugiados que se espalham pelas nações fronteiriças, criando um caos humanitário, e milhares de deslocados internos. A situação na Síria já provocou instabilidade no Líbano, refletida em atentados terroristas e no ressurgimento de antigas rivalidades – mal resolvidas, apesar do fim da guerra civil - entre as comunidades religiosas. No Iraque a situação político-institucional continua extremamente precária e são cotidianos os atos de terrorismo e as lutas sectárias. Complicando o panorama, não apresenta-se fácil a retomada do diálogo entre o governo de Israel e a Autoridade Palestina, apesar dos esforços da diplomacia norte-americana. Aliás, a atuação dos EUA nos últimos anos na região tem dado lugar

a uma reviravolta nas alianças, com a Arabia Saudita rejeitando um assento no Conselho de segurança da ONU para mostrar o seu descontentamento com Washington (o pivô é a crise síria) e Telavive tomando a iniciativa de criticar abertamente várias iniciativas da diplomacia norte-americana, em particular em relação ao Irã.

O trabalho analisa essas mudanças, tanto as registradas nos próprios países que protagonizaram a que foi chamada de “Primavera Árabe”, como as que os levantes populares provocaram nas alianças regionais e internacionais. Particular ênfase se coloca na forma como esses conflitos estão repercutindo em outras áreas do mundo e na diplomacia e estratégias militares das potências ocidentais, em particular os EUA, e nas posições defendidas pela Rússia e pela China.

Palavras-chave:

conflito, movimentos sociais, relações Norte-Sul, alianças regionais, direitos humanos

**Norte da África e Oriente Médio 2010-2014:
Um balanço das mudanças na correlação de forças
e nas alianças regionais e internacionais**

Dra. Beatriz Bissio

Departamento de Ciência Política / IFCS / UFRJ

No início pareceu um efeito dominó; depois, virou um quebra-cabeça. As primaveras que prenunciavam um renascimento se tornaram tormentosas e hoje mais do que um festejo da vida o cenário oferece uma visão impregnada de dor e morte.

Como interpretar as profundas mudanças que em pouco mais de três anos vivencia a região do Norte da África e do Oriente Médio (MENA, na sua sigla inglesa)? Algumas respostas podem ser encontradas com uma análise de curto prazo; outras, só se colocarmos os fatos na perspectiva do processo histórico.

Tanto o Oriente Médio quanto o Norte da África tiveram ao longo dos séculos – e continuam a ter – um papel chave nas relações comerciais, econômicas, culturais, políticas, entre o mundo asiático e europeu, entre o Oriente e o Ocidente. E houve um momento na história em que os principais centros de poder e de produção de cultura e de conhecimento científico estavam situados nessa encruzilhada geográfica, durante o período que chamamos de Idade Média, nos referindo à história da Europa ocidental. Na altura, como hoje, os governos e a maioria da população desse vasto território eram muçulmanos, mas cristãos e judeus também formavam minorias significativas, como em muitos casos continuam a sê-lo atualmente.

Até os séculos XV e XVI, os europeus tinham sentimentos ambíguos em relação a esse mundo muçulmano, onde reinavam os turcos otomanos, herdeiros do grande império medieval islâmico. O Império otomano se estendia do Norte da África ao Cáucaso, passando pelos Bálcãs, a Península Arábica, Mesopotâmia e Anatólia e a Europa sentia-se atraída pelo seu esplendor e refinamento e ao mesmo tempo o temia, devido ao seu domínio dos mares e ao poderoso exército, que chegou a sitiá-lo Viena, em 1683. Mas, com o passar do tempo, a equação foi se invertendo.

A invasão e posterior ocupação do Egito por Napoleão (1798-1801) e a sua infrutífera incursão na Síria e na palestina (1799), apesar de sua curta duração, deixaram em evidência as dificuldades desse império multinacional e pré-industrial, em manter o

controle de seu enorme território e também despertaram a cobiça europeia em relação à riqueza das províncias otomanas africanas e del Levante. De certa forma, essa iniciativa francesa foi o catalisador das posteriores conquistas militares da Europa em territórios muçulmanos, possibilitadas pelos desdobramentos militares e científicos da revolução industrial: os franceses ocuparam Argélia em 1830 e os britânicos, Adem (Iêmen) em 1839, Djibuti em 1862 e o Egito em 1882. O espírito colonial da Europa começava a mostrar a sua força, confirmada nas décadas seguintes.

Desde o século XVI, o governo otomano e os países europeus tinham tratados comerciais, chamados “Capitulações”. Mas no século XIX esses tratados passam a ser instrumentos do poder imperialista europeu¹. Neles, aos países da Europa lhes era reconhecido o papel de “protetores” das minorias religiosas do Império Otomano: à França, dos católicos (maronitas e melquitas); à Rússia, dos cristãos ortodoxos e à Inglaterra, dos judeus e drusos. A brecha legal aberta pelas Capitulações foi o início de uma longa utilização, por parte dos europeus, do mecanismo de “proteção” das minorias religiosas para minar a unidade do tecido social ao interior dos territórios otomanos. Essa unidade tinha perdurado durante séculos e estava alicerçada em normas jurídicas que, desde os primórdios do império, asseguravam a cristãos e judeus ampla liberdade de culto e de organização. Simultaneamente, ao interior da sociedade muçulmana as sucessivas derrotas diante dos europeus, os “infiéis”, alavancaram um movimento de reforma religiosa que pode ser interpretada como antecedente longínquo dos movimentos políticos que surgiram no mundo islâmico no século XX.

E, neste ano de 2014, quando se completa um século do início da Primeira Guerra Mundial, é importante refletir sobre os desdobramentos desse conflito para a região do Norte da África (aliás, para a África, em geral) e para o Oriente Médio. O fato de o Império Otomano – “a Sublime Porta” ou simplesmente “a Porta”, como foi chamado nos últimos séculos de sua existência em decorrência do monumental portão de entrada ao palácio imperial – ter se aliado, na guerra, à Alemanha e ao Império Austro-Húngaro, colocou-o do lado dos vencidos e o preço da derrota foi o seu desmembramento. Depois séculos de existência (os seus primórdios situam-se no século XIII) e depois de ter sido a mais importante estrutura político-militar desde o fim do Império Romano, esse Império deixou de existir formalmente em 1922, quando foi deposto o último sultão, Mehmed VI.

1 HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, Parte IV

O fim do Império Otomano não significou para as províncias árabes a conquista da sua independência, ao contrário do que fora prometido pelos britânicos quando o xerife Husayn, de Meca, proclamara, em 1916 a revolta árabe ao lado dos aliados. A explicação para essa quebra do compromisso assumido ficou evidente quando o jovem governo revolucionário soviético revelou todos os documentos secretos que foram encontrados ao tomar o poder: um desses documentos demonstrava a existência de um acordo secreto, negociado em 1915, entre o representante francês François Picot e o britânico Mark Sykes, selando o destino das províncias otomanas do Oriente Médio. O documento, que ficou conhecido como o Acordo Sykes-Picot, dividia entre as duas potências europeias toda a região, deixando evidente que a Grã-Bretanha nunca tivera a intenção de honrar o compromisso de conceder a independência às províncias árabes do Império otomano.² E o Norte da África? Com o fim da guerra continuou sob o domínio francês e britânico, iniciado durante as primeiras conquistas europeias no despontar do século XIX.

Apesar de pouco lembradas, o processo de consolidação do domínio europeu, seja no Norte da África, seja no Oriente Médio, somente foi possível depois de dominadas pela força as múltiplas rebeliões independentistas. Elas foram particularmente importantes na Síria e no Iraque, exigindo a ação de consideráveis destacamentos militares europeus e o derramamento de muito sangue para serem debeladas. O processo consumiu vários anos de luta e acabou por convencer os ingleses e os franceses a procurarem manter a sua influência sem continuar diretamente envolvidos no governo. Mas durante o período em que permaneceram diretamente envolvidos nos destinos da região. Mas, antes de negociarem a sua saída formal, dando origem a Estados cujas independências estavam condicionadas a uma dependência real, econômica e militar, das ex metrópoles, os britânicos e os franceses se preocuparam em fragmentar os territórios árabes. Nada restaria daquele sonho de um único Estado árabe independente acalentado pelas populações das diferentes províncias otomanas e proposto pelo xerife Husayn: os povos árabes do Oriente Médio passaram a viver sob mandato francês ou britânico e, depois, à vida independente, divididos em cinco Estados: o Líbano, a Síria, o Iraque, a Transjordânia (mais tarde Jordânia) e a Palestina, além dos sultanatos da Península Arábica.

A situação agravou-se com o desfecho da Segunda Guerra Mundial, quando a Organização das Nações Unidas, sucessora da Liga das Nações, determinou a

² Por mais detalhes, ver: HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 318-324

partilha da Palestina. Esse problema também tinha sido criado no marco da Primeira Guerra Mundial, quando a Inglaterra se comprometeu a apoiar a criação de um lar para os judeus, na Palestina.

“O governo de Sua Majestade encara favoravelmente o estabelecimento, na Palestina, de um Lar Nacional para o Povo Judeu, e empregará todos os seus esforços no sentido de facilitar a realização desse objetivo”,

tinha escrito o Ministro Arthur Balfour em nome da “sua Majestade”, na célebre carta de 1917 ao poderoso banqueiro da City londrina Lord Rothschild, líder da Federação Sionista Britânica, documento que passou a ser conhecido como a Declaração Balfour. Porém, décadas depois, incapaz de resolver o imbróglio em que se transformara a questão da Palestina, a Grã-Bretanha passou a responsabilidade de decidir o futuro desse território para a recém fundada ONU.

Uma transformação profunda

O período de domínio colonial europeu – direto ou disfarçado sob o eufemismo dos protetorados - no Norte da África e no Oriente Médio pode levar a uma interpretação restritiva das suas consequências se observadas unicamente as transformações que produziu no terreno político. É necessário alargar o olhar e prestar atenção ao impacto na cultura para compreender alguns dos desdobramentos futuros da herança desse período.

Do lado europeu, a atração que essa região exercia desde épocas anteriores aprofunda-se a partir do século XIX, quando começa, por exemplo, o turismo organizado, com excursões pelo rio Nilo e peregrinações à Terra Santa. Mais do que isso, a tentativa de compreender os alicerces da fé muçulmana propicia o surgimento de cadeiras de árabe em várias universidades da França e da Grã-Bretanha, a coleta de manuscritos e as primeiras edições e traduções cuidadosas deles. (Hourani 2001, p.302) É o momento em que as traduções das *Mil e uma noites* penetram na cultura ocidental e em que o orientalismo vai apresentar a sua visão do Oriente misterioso ao mesmo tempo em que se reforça a imagem de um Islã perigoso, moral e militarmente, que deve ser enfrentado. (Hourani 2001, p.303) Essa retórica favorecia a interpretação de que os povos de língua semítica não eram capazes da racionalidade e, numa

extrapolação da teoria da evolução darwinista, conveniente como justificativa da colonização, a pretensa superioridade branca criava um senso de responsabilidade, uma espécie de obrigação, de dominar.

Do lado dos dominados - árabes, berbers, curdos e tantos outros povos, que tinham convivido por séculos nesse espaço de encontro de civilizações que fora o Império Otomano – a presença europeia também fora vivida de forma ambígua. Os europeus tinham alterado profundamente a economia de seus países, que deixara de responder às necessidades autóctones para satisfazer as demandas das metrópoles, retirando a importância da vida nas regiões interioranas para favorecer os portos e as vias de escoação das riquezas. As urbes - nas quais abriam-se novas ruas e deitavam-se abaixo velhos bairros – tinham inchado e, ao mesmo tempo, o campo ia se esvaziando. Grande parte da população das cidades passava a ser estrangeira e esses forasteiros não somente se vestiam de forma diferente como tinham as suas próprias escolas, hospitais, igrejas, clubes. Nessa nova “paisagem cultural” e nas mudanças que ela suscitou na sociedade autóctone é possível situar o começo da reflexão desse mundo, e particularmente dos muçulmanos, sobre a modernidade. Uma etapa que fora engendrada pelo colonialismo europeu.

Enquanto os muçulmanos mais conservadores nada queriam com os europeus e os seus estilos de vida - e resistiram de todas as formas a essa penetração, inclusive com a luta armada – outros muçulmanos, mais dispostos a acolher as novidades, sobretudo algumas das ideias que vinham junto com os novos estilos de vida, buscavam conciliar esses elementos com a sua própria tradição e cultura. (Ahmed, 1992 p.48)

Esse caldo de cultura, esse debate de ideias, serviu de pano de fundo para o processo de libertação, que ganhou força nos anos 50 do século passado. Na década dos anos 40 a etapa de relativa calma nos protetorados, posterior à derrota das rebeliões iniciais contrárias à dominação europeia, tinha cedido lugar a uma etapa de conflito. Foi o que aconteceu no Líbano e na Síria quando tentativas de limitar a autoridade francesa, nas crises de 1943 e 1945, respectivamente foram sufocadas. No caso da Síria, a França só conseguiu o momentâneo controle da situação depois de bombardear Damasco, contar com a ajuda de uma intervenção britânica e iniciar um processo de negociação que levou à completa retirada – francesa e britânica – no fim de 1945. (Hourani, 2003, p. 360)

Desta forma, com o marco do fim da segunda Guerra Mundial e a consequente perda de importância internacional da Grã-Bretanha e da França, os protetorados britânicos

e franceses do Oriente Médio e do Norte da África foram conquistando a sua independência, em alguns casos mediante fórmulas arduamente negociadas e, em outros, com guerras cruentas, como na Argélia, que fora oficialmente declarada pelos franceses parte integrante da França metropolitana. Mas, muitos desses Estados já nasceram com severas limitações na sua soberania, em função das condições impostas pelas potências coloniais para reconhecer as independências.

Por outro lado, a correlação de forças mundial de pós-guerra fazia com que também outros Estados passassem a exercer o seu poder de influência na região, gerando para os jovens Estados independentes novos desafios. Nas décadas seguintes, a resposta às novas realidades, já no contexto da guerra fria, foi a chegada ao poder de governos impregnados de ideais nacionalistas e em alguns casos, socialistas, que tentaram mudar os destinos de seus países. O petróleo já era um dado chave da realidade regional e a disputa pelo controle dessa riqueza estratégica explica em boa medida muito do que aconteceu nas décadas seguintes.

Dois exemplos são suficientes para ilustrar como foram sendo frustradas, através de intervenções ocidentais, as mais variadas tentativas de impor a soberania sobre os recursos naturais e de definir os rumos dos novos Estados de acordo com os interesses nacionais. No Irã, foi derrocado o primeiro-ministro Mohamed Mossadegh, em 1953, por um golpe de Estado orquestrado pela CIA. O *premier* passou à história por ter nacionalizado a indústria petrolífera, que desde 1913 estava em mãos da empresa British Petroleum. Mas a audácia custou-lhe caro. Veio, depois, a intervenção militar da Grã-Bretanha e da França no Egito, quando da nacionalização do Canal de Suez, em julho de 1956, por Gamal Abdel Nasser, o maior expoente do nacionalismo árabe. A ocupação militar contou com o apoio de Israel, Estado fortemente militarizado, que desde a sua criação tem sido um aliado dos interesses ocidentais na região.

De fato, desde então, e com maior amplitude nestas primeiras décadas do século XXI, a posição chave que ocupavam a França e, sobretudo, a Grã-Bretanha na região do Norte da África e do Oriente Médio foi substituída pela presença norte-americana, que passou a interferir direta ou indiretamente nos assuntos do Norte da África e do Oriente Médio, nos últimos anos com a justificativa da guerra contra o terrorismo.

Primavera e depois...

A partir de 2011 a região do Magreb e o Norte da África como um todo passaram de uma região marginal no noticiário internacional para o centro da cobertura das grandes agências notícias. Tunísia e depois Egito surpreenderam o mundo com a força de suas rebeliões populares; grande parte da opinião pública ocidental descobriu nesses países a existência de uma vigorosa sociedade civil, composta de movimentos sociais os mais diversos – artistas jovens, estudantes, mulheres, blogueiros, homossexuais, sindicalistas - que tinham passado despercebidos da mídia, apesar de seu protagonismo crescente na política local nos últimos anos. Depois vieram Marrocos, Argélia, Líbia – com suas especificidades – e a onda de resistência e denúncia social cruzou o Mar Vermelho e espalhou-se para o Lêmen (onde resultou parcialmente vitoriosa, como no caso da Tunísia e do Egito), Bahrein, Jordânia, Líbano, Síria...

Poucos vezes, nesse contexto, foi lembrado o antecedente do levante popular que ficou conhecido como “Movimento Verde” no Irã (2009-2010), surgido inicialmente como questionamento ao resultado eleitoral que deu a vitória a Mahmoud Ahmadinejad (a sua principal palavra de ordem era “*Cadê o meu voto?*”), mas cuja vitalidade e persistência fizeram dele o máximo expoente da luta social pacífica iraniana em prol do aprofundamento da democracia e a irrestrita vigência das liberdades civis. Poucas foram, também, as referências ao exemplo pioneiro das rebeliões (*Intifadas*) palestinas – de 1987, a primeira, e de 2000, segunda -, que colocaram como principal protagonista da resistência à ocupação ilegal israelense já não os combatentes mas a sociedade palestina, principalmente os jovens.

Nenhum Estado árabe ficou fora da primavera árabe, mesmo que a intensidade das revoltas e o momento em que elas ocorreram tenha variado de país em país, assim como também são diferentes em cada caso o significado e as implicações mais profundas da mensagem das ruas.

As mudanças na Tunísia têm desafiado as tentativas da União Europeia de dominar a bacia do Mediterrâneo; enquanto os acontecimentos no Egito comprometeram a influência dos Estados Unidos na região; a violência na Líbia levou o país a se transformar num terreno de experimentação para a OTAN e a União Europeia em relação à capacidade de seus tentáculos, diplomáticos e militares, de assegurar a meta de controlar completamente a bacia do Mediterrâneo. As mudanças de qualquer magnitude na Síria afetarão a geopolítica regional, em

grande medida por causa da sua aliança estratégica com o Irã e o Hezbollah, enquanto o Iêmen terá consequências definitórias no reino saudita, ao Norte, e na África Oriental, para além da península. (DABASHI, 2012, p. 24)

Nessa transnacionalização das rebeliões alguns estudiosos pressentiram um ressurgimento, adaptado às novas circunstâncias, do pan-arabismo da segunda metade do século XX. Mas também é importante lembrar o fato de que as revoltas protagonizadas por amplos segmentos sociais dos países árabes partilham palavras de ordem e métodos de resistência civil com movimentos de outras latitudes, como os *Indignados*, de Espanha, o *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos, e os movimentos antiglobalização, que surgiram em diferentes partes do mundo. Essa relação permite desconstruir a apresentação de demandas e mobilizações das sociedades do Norte da África e do Oriente Médio como específicas de um certo oriente que estaria muito distante das realidades sociais do ocidente.

Neste sentido, não há como tirar conclusões a partir de resultados de curto prazo, pois esses movimentos são processos abertos, cuja dinâmica nem sempre visível, extrapola a eventual realização de uma consulta eleitoral ou uma mudança de governo. Para Dabashi “nenhum herói como Jawaharlal Nehru, Gamal Abd al-Nasser ou Mohammad Mosaddegh emergirá destas revoluções, e que afortunado que assim seja” (Dabashi, 2012, p. 63), porque na sua opinião, precisamente à sombra destes heróis cresceram muitos dos tiranos contra os quais as rebeliões se precipitaram.

Um dos tantos desafios colocados pelos movimentos populares que ocuparam as ruas de leste a oeste do Norte da África e do Oriente Médio e que se identificaram com os *Indignados* e tantos outros movimentos mundo afora é o questionamento que eles colocam ao conceito de democracia esvaziado de conteúdo que nos oferecem muitas das propagandeadas democracias contemporâneas. Suponhamos, nos propõe, que na Tunísia, no Egito, seja de fato a “democracia” como a conhecemos na América do Norte ou na Europa ocidental a que venha a se instalar, e apesar disso, a pobreza sem esperança e a destituição de toda expectativa prevaleça; de que terá servido essa democracia para os milhões de despossuídos e para as populações empobrecidas? (Dabashi, 2012, p. 63) Portanto, seria uma democracia que não exclua a justiça social a única que poderia ser identificada como um ganho a ser conquistado. Não se trata, como certa mídia tem afirmado, de uma incompatibilidade das populações não

ocidentais com as práticas democráticas; o que acontece é que existe uma desconfiança de parte dessas sociedades em relação a uma experiência histórica supostamente democrática cujos resultados elas têm observado, constatando que esse tipo de democracia está esvaziado de qualquer conteúdo de justiça social. E nisso há mais um ponto de convergência com as demandas que têm se ampliado em outros continentes.

Não perder de vista a dimensão global deste tipo de mobilização - mesmo cientes do peso específico dos diferentes movimentos sociais em cada caso - permite uma avaliação das implicações concretas para a geopolítica regional dos levantes no mundo árabe. E essas implicações ajudam a colocar no seu devido contexto as respostas que as rebeliões mereceram de parte das potências extra regionais que têm interesses diretos na área.

As implicações geopolíticas

Muitos autores vêm chamando a atenção para o fato de os levantes populares no mundo árabe colocarem em xeque a influência norte-americana em toda a região.

As revoltas árabes representam o mais sério desafio ao domínio norte-americano no Oriente Médio desde que América atingiu o patamar de superpotência, depois da Segunda Guerra Mundial. A estratégia de longo prazo dos Estados Unidos para a região – investir na estabilidade autoritária para salvaguardar os interesses norte-americanos econômicos e geopolíticos - foi colocada de cabeça para baixo. Desde janeiro de 2011, a Administração Obama e os seus aliados europeus vêm tentando conter o potencial dano causado pela derrocada de aliados chave na região. A imediata resposta de Washington foi a de brindar um apoio nominal ao diálogo político e às reformas, enquanto ao mesmo tempo fechava acordos com as monarquias do Golfo e os poderes mais retrógrados da região para preservar o mais possível o *statu quo* pré-revolucionário. (KAMAT; SHOKR, 2013).

Outro autor que tem levantado esse tema, desde a primeira hora, é James Petras, professor emérito da Universidade de Binghamton, Nova York, e especialista nas

questões do Oriente Médio³. Mas também importante é a corrente que vincula os rumos que estão assumindo os países que foram protagonistas da primavera árabe ao projeto geopolítico de longo prazo para a região defendido por grupos políticos e militares de Israel.

Tanto Theodore Herzl, fundador do sionismo, em seu Diário (1904)⁴, como Rabbi Fischmann, membro da Agência Judia para a Palestina, em depoimento ao Comité Especial de Inquérito das Nações Unidas, em 09 de Julho de 1947, afirmam que “a Terra Prometida estende-se do rio do Egito (Nilo) ao Eufrates, incluindo o Líbano e partes da Síria”. Essa ideia nunca foi abandonada e reapareceu com novas roupagens. Esse projeto está contido no chamado *Plano Yinon* - lançado pelo jornalista israelense, Oded Yinon, especialista em temas militares e ex funcionário do Ministério das Relações Exteriores – num artigo publicado em 1982, inicialmente no jornal *Kivunim* (Direções), do Departamento de Informação da Organização Sionista Mundial⁵. A principal proposta é a criação de um Grande Israel, refletindo as aspirações de facções sionistas representadas na administração Netanyahu, no Partido Likud e presentes tanto nas forças armadas como nos serviços de inteligência israelenses.⁶

O plano estabelece a necessidade de reconfigurar a geopolítica regional, através da balcanização dos Estados árabes vizinhos, que passariam a estar divididos em frágeis Estados menores. Opera-se sobre duas premissas: a primeira, que Israel deve converter-se numa potência regional para sobreviver; a segunda, que toda a área deve ser subdividida em estados fracos, criados sobre preceitos sectários ou étnicos, que se transformariam em estados satélites de Israel. A instabilidade política que tomou conta da região e as sangrentas lutas que tomam conta da Síria e do Iraque estão perfeitamente de acordo com este projeto.


O alvo prioritário dessa fragmentação seria o Iraque, que na visão dos estrategistas israelenses deveria ser dividido em três Estados: um deles curdo, e outros dois árabes, um xiita e outro, sunita.

3 PETRAS, James. *The Arab Revolt and the Imperialist Counterattack*. Atlanta: Clear Day Books, 2011

4 HERZL, Theodor. *Complete Diaries, Vol.II*. Page 711: The area of the Jewish state stretches “from the Brook of Egypt to the Euphrates”.

5 KIVUNIM (Directions). A Journal for Judaism and Zionism; Issue No, 14–Winter, 5742, February 1982, Editor: Yoram Beck. Comitê Editorial: Eli Eyal, Yoram Beck, Amnon Hadari, Yohanan Manor, Elieser Schweid. Publicado pelo Departamento de Publicidade/The World Zionist Organization, Jerusalem.

6 www.globalresearch.ca/greater-israel-the-zionist-plan-for-the-middle-east/5324815



Nota: Este mapa foi desenhado pelo Tenente-coronel Ralph Peters e foi publicado no “*Armed Forces Journal*”, em Junho de 2006. Peters é um coronel aposentado do U.S. National War Academy. (Map Copyright Lieutenant-Colonel Ralph Peters 2006). O mapa também faz parte do livro do mesmo autor *Never Quit the Fight*, lançado em Julho de 2006.

Fonte: <http://newmiddleeast.wordpress.com/tag/brzezinski/>

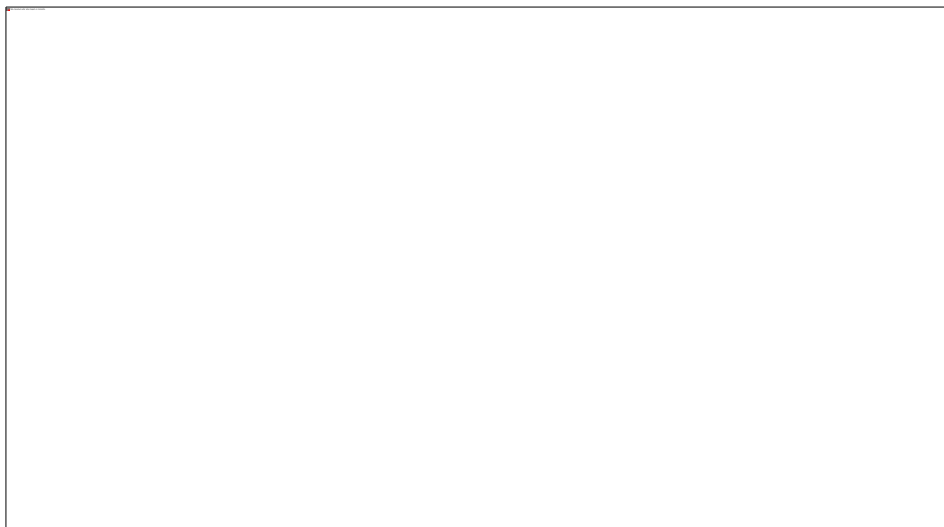
O primeiro passo para viabilizar a fragmentação foi a guerra Irã-Iraque, discutida e analisada no Plano Yinon. À luz dos acontecimentos do mês de Junho de 2014, com o avanço na direção de Bagdá do grupo sunita fundamentalista Estado Islâmico do Iraque e do Levante (*Isis*, sigla em inglês), é possível assumir que o plano norte-americano e sionista avança agora de forma mais consistente. A fragmentação do Iraque é um tema que já ganhou as manchetes internacionais.

O plano prevê, também, a balcanização da Síria, Jordânia e Líbano, assim como o Norte da África: se discute a partilha do Egito, Sudão (que já foi dividido, após o referendun de 2011 que aprovou a independência do Sudão do Sul), Líbia e o resto dos países da região. Tendo em vista este projeto é compreensível a sucessão de eventos que têm comovido a região: a agressão israelense ao Líbano em 2006, a intervenção da OTAN na Líbia em 2011, o processo em curso no Egito, a guerra na Síria e os atuais acontecimentos no Iraque.

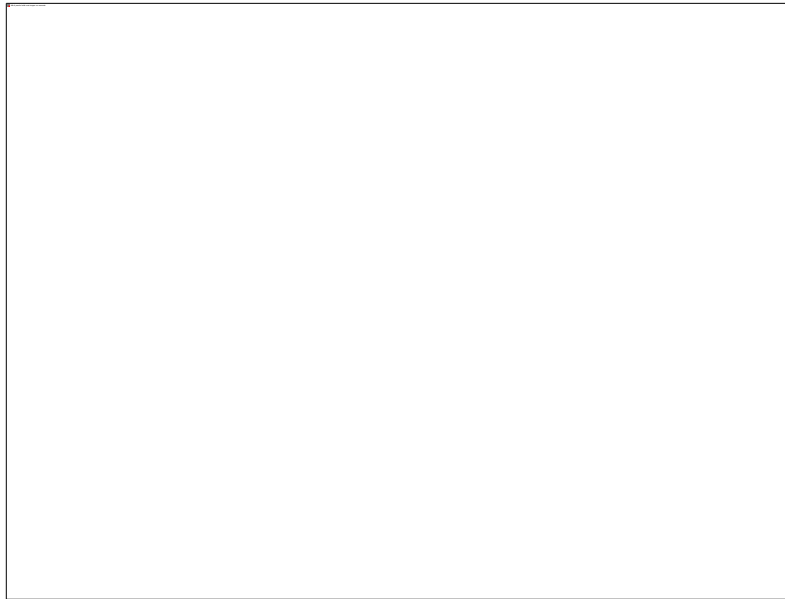
Para compreender a sintonia do plano israelense com os interesses norte-americanos na região deve-se lembrar que durante uma visita a Telavive em junho de 2006, a secretaria de Estado dos Estados Unidos Condoleezza Rice falou na necessidade de organizar um “Novo Oriente Médio”.⁷ Na sua fala, a ministra não citou o Plano Yinon, mas o fato de ter levantado o tema da necessidade de uma nova geopolítica regional chamou a atenção porque coincidia com a inauguração de um novo terminal petrolífero no Mediterrâneo oriental, que une a cidade de Baku, na ex república soviética de Azerbaijão, rica em gás e petróleo, passando por Tbilisi, capital da Geórgia, e chegando ao porto de Ceyhan, na Turquia, gigantesca obra que cria uma alternativa energética do Cáucaso para a Europa, com importantes repercussões na Rússia.

A fala de Condoleezza Rice também coincidia com a nova invasão israelense ao Líbano, conhecida como Segunda Guerra do Líbano, que destruiu parte importante da infraestrutura desse país e deixou milhares de desabrigados libaneses, conflito apresentado como parte da organização desse “novo Oriente Médio”.

O anúncio da nova geopolítica para o Oriente Médio era a confirmação de que o governo Bush se comprometia com o projeto militar no qual vinham trabalhando durante anos estrategistas ingleses, norte-americanos e israelenses, visando criar um arco de instabilidade, caos e violência do Líbano ao Iraque, passando por Palestina, Síria, Golfo Pérsico, Irã e fronteira de Afeganistão.



7 Secretary of State Condoleezza Rice, Special Briefing on the Travel to the Middle East and Europe of Secretary Condoleezza Rice (Press Conference, U.S. State Department, Washington, D.C., July 21, 2006). [http:// www.state.gov/secretary/rm/2006/69331.htm](http://www.state.gov/secretary/rm/2006/69331.htm)



Mapa:

http://www.oilfund.az/en_US/layiheler/baki-tbilisi-ceyhan-esas-ixrac-boru-kemeri.asp

Mapa: Grande Israel

en.wikipedia.org/wiki/File:Greater_Israel.jpg (This image is a work of the Central Intelligence Agency employee, taken or made as part of that person's official duties. As a work of the U.S. federal government, the image is in the public domain.)

A península Arábica também é uma bomba prestes a estourar, na avaliação dos serviços israelenses e nas citações do Plano Yinon. Regimes frágeis, que dependem do apoio dos Estados Unidos, preocupados com a sobrevivência, eles não se furtam a participar da política regional. Fazem-no, no entanto, da pior maneira possível, se vislumbrados eventuais interesses árabes comuns: instigando as rivalidades sectárias. Teve pouca repercussão na mídia mundial, mas foi bem conhecida regionalmente a intervenção saudita no Bahrein para sufocar um levante contra a monarquia; os sauditas fizeram o mesmo no Iêmen, ajudando a reprimir as manifestações, que no entanto conseguiram derrubar o presidente Ali Abdullah Saleh, que deixou o poder e se refugiou na Arábia saudita depois de ocupar o poder durante 33 anos.

De acordo com o Plano Yinon, Iraque era a maior ameaça para Israel. De fato, o projeto do Partido Baath do Iraque era a transformação do país numa potência regional, capaz de frear as ambições expansionistas israelenses, e em função disso também o governo de Bagdá financiava e treinava, em grande medida, a resistência palestina. Depois da invasão norte-americana de 2003 e das suas trágicas

consequências para a população iraquiana, essa ameaça foi quase extirpada. Mas o projeto de fragmentação do país não foi abandonado; prevalecia o temor de que a riqueza petrolífera – o Iraque possui as segundas maiores reservas mundiais conhecidas – poderia, em algum momento, voltar a ser controlada pelo estado em prol dos interesses da população e utilizada para reconstruir a unidade e o poder do país.

A cobertura da mídia em relação aos últimos acontecimentos no Iraque coloca a ênfase na responsabilidade que caberia ao governo do primeiro ministro Nouri Al-Malaki na crise, esquecendo ou minimizando a responsabilidade que lhe cabe na crise ao legado da invasão norte-americana, que desmontou o Estado: destruição em todos os terrenos – infraestrutura, vidas humanas, patrimônio arquitetônico e cultural – a consequente desestabilização social, a quebra das formações políticas, das forças armadas, dos serviços civis... sem falar na exacerbação dos ódios sectários, um tema que não existia nem no Iraque nem em nenhum dos países da região como ameaça à estabilidade nos últimos séculos. Também não se procura investigar a origem do financiamento e das armas que ostentam os fanáticos *jihadistas* sunitas.

No mesmo contexto do plano israelense-norte-americano de fragmentação regional deve ser colocado o tema palestino e a difícil reconciliação entre a Autoridade Nacional Palestina (leia-se *Al-Fatah*) e Hamas. Quando em abril deste ano houve, de fato, um acordo e um novo governo unitário parecia estar dando os primeiros passos, iniciando uma etapa promissora para o futuro palestino, aconteceu um muito esquisito sequestro, na parte da Cisjordânia ocupada por Israel (zona “C”), de três jovens israelenses. O fato deu margem para novas acusações do governo de Israel ao Hamas, prisões em massa e assassinatos de palestinos, e novamente vive-se a ameaça de fratura entre os dois mais importantes agrupamentos palestinos.

É um fato histórico que nem Washington, nem os europeus procuraram jamais ajudar a população árabe a superar as suas dificuldades e conquistar a sua unidade. Também é um fato histórico que eles nunca se preocuparam em promover a verdadeira democracia na região. Os povos que se rebelaram contra os seus tiranos sabem isso muito bem. O Plano Yanon não é mais do que a continuidade do que fizeram os franceses e os britânicos quando dividiram o Norte da África e o Oriente Médio no momento histórico em que eles davam as cartas na região.

E as repercussões extrarregionais?

Sem dúvida, os conflitos e a instabilidade no Oriente Médio estão repercutindo em outras áreas do mundo. Paquistão, Afeganistão, Irã, estão muito perto do cenário de instabilidade e na prática, formam parte dele há bastante tempo. Mas é sem dúvida na Rússia e, de forma indireta, na China, onde a situação nessa região do mundo está destinada a ser acompanhada passo a passo pelos estrategistas diplomáticos e militares.

Vladimir Putin e seus conselheiros sabem que uma das principais ameaças à segurança nacional e à integridade territorial da Rússia é o fundamentalismo islâmico, que pode – e está – sendo manipulado por interesses ocidentais. Um mês antes das Olimpíadas de Inverno em Sochi, em janeiro deste ano, mercenários religiosos islâmicos viajaram até Volgogrado (antiga Stalingrado), localizada a 400 quilômetros de Sochi, e atacaram com bombas o centro da cidade, matando 34 pessoas.

Depois dos atentados, Putin solicitou ao Conselho de Segurança da ONU que incluísse a Arábia Saudita entre os países patrocinadores do terrorismo. Do ponto de vista de Moscou, teria sido a negativa da Rússia em abandonar o seu aliado, Bachar al-Assad, da Síria, o motivo que levava os sauditas a despachar para Volgogrado esse grupo terrorista. Mas há outra linha de análise entre os especialistas, os atentados teriam sido a resposta dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha à negativa de Putin de entregar a Edward Snowden, além de, efetivamente, estar em jogo a atitude russa em relação à Síria e, também, na Ucrânia.

Depois dos cristãos ortodoxos, os muçulmanos formam a segunda mais importante comunidade religiosa da Rússia (uns 14 milhões de pessoas); o islã é a religião de muitas das ex-repúblicas soviéticas e a devoção tem aumentado desde o fim da União Soviética, multiplicando o número de mesquitas no país. Fundamentalistas seguidores de al-Qaeda querem fundar um estado islâmico na Chechênia e outro em Daguestão.

Putin observa os acontecimentos e busca evitar que o radicalismo islâmico seja manipulado por aqueles que procuram debilitar o controle russo nos corredores de energia da Eurásia ou por aqueles que desejam modificar as fronteiras da Ásia central ao sabor dos interesses da Arábia Saudita ou das potências europeias e dos Estados Unidos. A aproximação russa com a liderança chinesa tem tudo a ver com essa política e nesse contexto deve ser compreendida a visita de Putin a Beijing em maio, quando começou a dar passos decisivos para reduzir os laços econômicos do seu país com o Ocidente.

BIBLIOGRAFIA

- AHMED**, Akbar S. *Pós-Modernismo e Islão*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992
- ALI**, Tariq, *Confronto de Fundamentalismos*, Rio de Janeiro: Record, 2002.
- AMAR**, Paul; PRADSHAD, Vijay. *Dispatches from the Arab Spring*. New Delhi: Left Word, 2013
- AVNERY**, Ury. *Outro Israel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012
- DABASHI**, Hamid. *The Arab Spring*. Londres: Zed Books, 2012
- FROMKIN**, David. *Paz e Guerra no Oriente Médio. A queda do Império Otomano e a criação do Oriente Médio moderno*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008
- HOURANI**, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. *O Pensamento Árabe na Era Liberal (1798 – 1939)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____; **Khoury**, Philip; **Wilson**, Mary C. *The Modern Middle East*. Londres: I.B. Tauris, 2011
- LAACHER**, Smain. *Insurrections Arabes. Utopie Revolutionnaire et Impensée Démocratique*. Paris: Buchet Chastel, 2013
- MONIZ BANDEIRA**, Luiz Alberto, *Formação do Império Americano – da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MYLROE**, Laurie & **MÜLLER**, Judith, *Saddam Hussein e a crise do Golfo*, Escrita Editorial: Oficina, 1990.
- REIS FILHO**, Daniel Aarão, **FERREIRA**, Jorge e **ZENHA**, Celeste (orgs.), *O Século XX – O tempo das dúvidas*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 3, 2002.
- SAID**, Edward. *Orientalismo, O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras
- TREIGNIER**, Michel, *Guerra e Paz no Oriente Médio*, São Paulo: Ed. Ática, 1996.

Artigos (internet):

LÉVESQUE, Julie, US-Sponsored Terrorism in Iraq and “Constructive Chaos” in the Middle East. <http://www.globalresearch.ca> Consultado em 20/06/2014

SHAHAK, Israel. “Greater Israel”: The Zionist Plan for the Middle East. The Infamous “Oded Yinon Plan”. Introduction by Michel Chossudovsky.

<http://www.globalresearch.ca/greater-israel-the-zionist-plan-for-the-middle-east/5324815>

Consultado em 21/06/2014

GUZMÁN, Timothy Alexander. "Greater Israel" and The "Disappearance" of Palestine: Israel is Considering the Annexation of the West Bank Territories.

<http://www.globalresearch.ca/greater-israel-and-the-disappearance-of-palestine-israel-is-considering-the-annexation-of-the-west-bank-territories/5383702>

Consultado em 24/06/2014